HISTÓRIA / DEMOCRACIA / DIREITOS

Autoritarismo

Sinais de alerta

14 **temas para reconhecer**

quando o poder passa dos limites

Uma cartilha ilustrada para entender o presente
e aprender com a história.

ORGANIZAÇÃO

Régys Borges da Silveira

1ª EDIÇÃO · 2026

INTRODUÇÃO

Reconhecer abusos. Defender direitos.

Na democracia, podemos discordar, cobrar respostas e trocar o governo pelo voto. O alerta aparece quando o poder restringe direitos, persegue adversários ou impede sua própria fiscalização.

Esta cartilha reúne exemplos de diferentes campos políticos e fontes para consulta. Conhecer a história ajuda a reconhecer mecanismos de abuso, sem igualar épocas. Avalie os atos, seus responsáveis e seus efeitos.

Por que falar em autoritarismo?

O autoritarismo concentra poder, enfraquece sua fiscalização e restringe a liberdade de oposição. O fascismo é uma ideologia autoritária de extrema direita, marcada pela rejeição da democracia e pelo ultranacionalismo: colocar a nação acima dos direitos das pessoas. Nem todo abuso ou regime autoritário é fascista. [48] Direitos e limites do poder têm base constitucional. [1]

Os 14 temas foram adaptados de um artigo de opinião de Laurence W. Britt, de 2003. Servem para examinar fatos, não como teste científico ou lista de pontos para classificar um governo como fascista. [24]

Como avaliar os exemplos

1 O registro

A fonte documenta uma decisão, proposta, relato ou compromisso. Eles têm pesos diferentes.

2 A avaliação

O rótulo expressa a análise da cartilha sobre o fato. Não é necessariamente uma conclusão da fonte.

3 O limite

Sem caso comparável não significa sem abusos. Os blocos não são um placar entre partidos.

Leitura contínua: história, temas e conclusão. Para consultar:

História · p. 2–6

14 temas · p. 7–20

Critérios · p. 27

Nos links dos exemplos, toque em “Acessar a fonte” para conferir o registro.

Quando o autoritarismo destrói vidas

Marcos de 1922 a 1945. Da concentração do poder à perseguição, à guerra e ao genocídio. Este recorte não reúne todos os regimes autoritários da história.

1922
ITÁLIA

Mussolini é nomeado chefe de governo. Nos anos seguintes, os fascistas consolidam uma ditadura de partido único. [51]

1933
ALEMANHA

Hitler assume o governo. O regime elimina liberdades, reprime opositores e abre campos de concentração. [49] [52]

1935
ALEMANHA

As Leis de Nuremberg retiram a cidadania plena dos judeus e proíbem casamentos com pessoas consideradas de "sangue alemão". [53]

1938
ALEMANHA E ITÁLIA

Na Noite dos Cristais, nazistas atacam judeus, sinagogas e lojas. A Itália também adota leis antijudaicas. [51] [52]

1939
POLÔNIA / EUROPA

A Alemanha invade a Polônia em 1º de setembro. A agressão desencadeia a Segunda Guerra Mundial na Europa. [54]

1940
EUROPA E ÁFRICA

A Itália entra na guerra ao lado da Alemanha e ataca a Grécia e o Egito. O expansionismo fascista atinge outros povos. [51]

1941-1945
EUROPA OCUPADA

O assassinato em massa de judeus se intensifica, com fuzilamentos e centros de extermínio. É o genocídio conhecido como Holocausto. [50]

1945
EUROPA

A Alemanha nazista se rende em maio. A guerra na Europa termina, deixando cidades destruídas, sobreviventes e milhões de deslocados. [54]

6 milhões

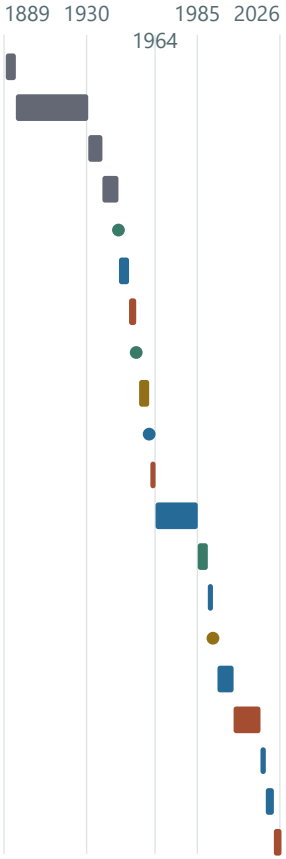
de judeus assassinados pelo regime nazista, seus aliados e colaboradores. Cada número representa vidas, famílias e comunidades destruídas. [50]

A perseguição começou em 1933; o assassinato em massa se intensificou em 1941. Esse total não inclui todas as vítimas do nazismo ou da guerra. [50]

Quem estava no comando?

Brasil, 1889-2026 (até 14 de outubro). As cores agrupam perfis políticos e situações históricas. Azul inclui da centro-direita à extrema direita; leia a descrição de cada governo. Cor não mede democracia.

Esquerda / centro-esquerda · Direita / centro-direita · Centro · Transições políticas · Perfis históricos: leia a descrição



1889-1894 · **Primeiros militares** — Militares na Presidência; implantação da República.
1894-1930 · **República oligárquica** — Elites conservadoras; voto restrito e poder das oligarquias estaduais.
1930-1937 · **Vargas** — Governo provisório até 1934; depois, constitucional. Poder central fortalecido.
1937-1945 · **Estado Novo** — Ditadura nacionalista de Vargas; censura e Congresso fechado.
1945-1946 · **Transição civil** — Governo provisório após a queda de Vargas; preparação da posse do eleito.
1946-1951 · **Dutra** — Direita conservadora
1951-1954 · **Vargas eleito** — Trabalhismo / centro-esq.
1954-1956 · **Café Filho e interinos** — Direita; depois, transição com Nereu Ramos.
1956-1961 · **Juscelino Kubitschek** — Centro: crescimento com investimento estatal e privado.
1961 · **Jânio Quadros** — Direita conservadora
1961-1964 · **João Goulart** — Trabalhismo / esquerda
1964-1985 · **Regime militar** — Ditadura de direita • Ato Institucional nº 5 em 1968
1985-1990 · **Coalizão de transição** — Centro / centro-direita; redemocratização e Constituição de 1988.
1990-1992 · **Governo eleito** — Direita pró-mercado
1992-1994 · **Governo de coalizão** — Centro; aliança ampla após afastamento presidencial. Plano Real em 1994.
1995-2002 · **Governo eleito** — Centro a centro-direita*
2003-2016 · **Governos eleitos** — Esquerda / centro-esq.
2016-2018 · **Sucessão presidencial** — Centro-direita
2019-2022 · **Governo eleito** — Extrema direita
2023-2026 · **Governo eleito** — Esquerda / centro-esq.

Cinza não é centro: reúne períodos descritos por suas instituições e bases de poder, sem um rótulo único de esquerda ou direita. Verde destaca transições; a descrição informa seu perfil político. [6]

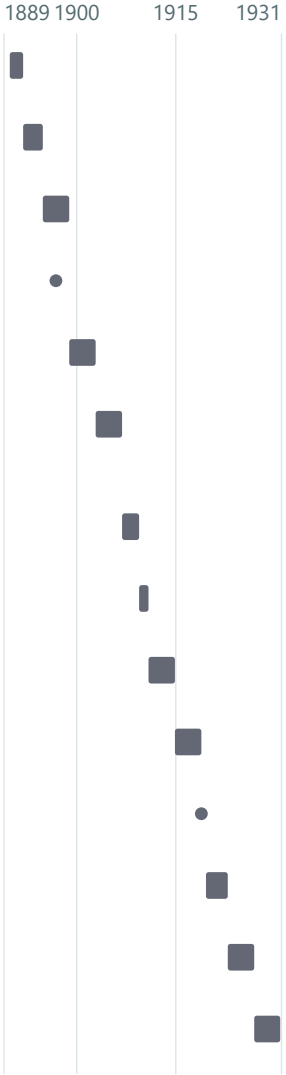
Linha do tempo até 14 out. 2026; gráfico de democracia até 2025. Barras em escala de anos; blocos de texto sem escala. Anos de troca podem se repetir. *Fernando Henrique Cardoso (FHC): azul pelo espaço dado às empresas privadas e apoio da direita. Veja a explicação na página 6. [45] [44] [36]

Um governo pode combinar posições: 1961 — Direita interna; diplomacia independente. [33] 1974-1979 — Ditadura de direita com investimento estatal. [31] 2003-2006 — Esquerda: políticas sociais, juros altos e metas fiscais. [32]

Estado na economia não define esquerda. Integralismo foi um movimento fascista; não equivale a todo o período Vargas. [47] [35]

Presidentes: 1889-1930

Os perfis são sínteses editoriais das políticas e dos apoios de cada governo; não definem toda a vida do presidente. As fontes documentam os fatos, nem sempre os rótulos. Cinza indica contexto histórico, não centro.



Deodoro da Fonseca · 1889-1891 — Acessar a fonte [6]
Republicano militar · Implantação da República. Chefiou a ruptura com a monarquia e tentou concentrar poder no Executivo.

Floriano Peixoto · 1891-1894 — Acessar a fonte [6]
Republicano militar · Consolidação autoritária. Apoiado por militares e republicanos radicais, reprimiu revoltas contra o governo.

Prudente de Morais · 1894-1898 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · República de voto restrito. Representava as elites agrícolas paulistas, sobretudo os interesses do café.

Manuel Vitorino · 1896-1897 — Acessar a fonte [40]
Republicano próximo dos florianistas · Vice em exercício. Substituiu Prudente durante licença médica e se aproximou da oposição ao titular.

Campos Sales · 1898-1902 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · República de voto restrito. Fortaleceu os grupos estaduais dominantes pela política dos governadores.

Rodrigues Alves · 1902-1906 — Acessar a fonte [6]
Conservador modernizador · República de voto restrito. Ligado à elite paulista; promoveu obras urbanas e saneamento sem ampliar a participação política.

Afonso Pena · 1906-1909 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · República de voto restrito. Apoiou interesses agrícolas, valorização do café e expansão das ferrovias.

Nilo Peçanha · 1909-1910 — Acessar a fonte [6]
Republicano oligárquico · Sucessão pela vice-presidência. Ligado à política fluminense; apoiou ensino profissional e reorganizou a área agrícola.

Hermes da Fonseca · 1910-1914 — Acessar a fonte [6]
Militar ligado às oligarquias · República de voto restrito. Intervenções militares nos estados trocaram grupos dominantes, sem democratizar o sistema.

Venceslau Brás · 1914-1918 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · República de voto restrito. Governou apoiado no acordo entre as principais elites estaduais.

Delfim Moreira · 1918-1919 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · Interino. Vice eleito, assumiu pela doença de Rodrigues Alves e permaneceu após sua morte, até nova eleição.

Epitácio Pessoa · 1919-1922 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · República de voto restrito. Apoiou a proteção do café e enfrentou a oposição com repressão.

Artur Bernardes · 1922-1926 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · Estado de sítio: direitos suspensos. Preservou a ordem das elites e reprimiu revoltas militares e movimentos sociais.

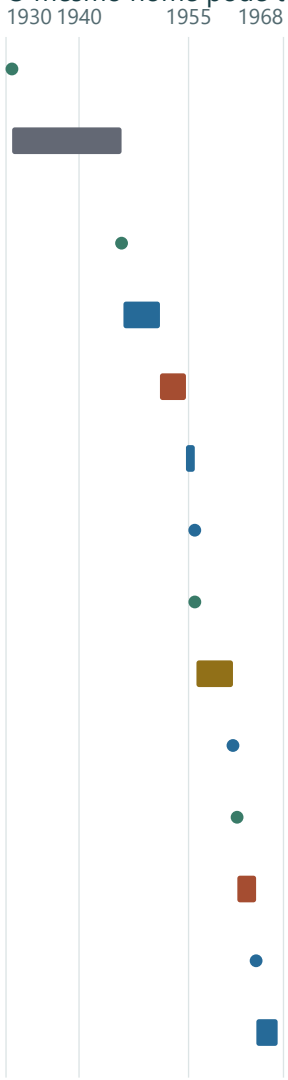
Washington Luís · 1926-1930 — Acessar a fonte [6]
Conservador oligárquico · Deposto em 1930. Ligado à elite paulista; defendeu estabilidade monetária e a ordem política vigente.

Oligarquias: pequenos grupos que controlavam a política. Titulares incluem licenças; o vice em exercício pode aparecer no mesmo intervalo. Não empossados: Rodrigues Alves, reeleito em 1918, adoeceu e morreu; Júlio Prestes, eleito em 1930, foi impedido pela ruptura daquele ano. [6]

Leia de cima para baixo. Posição = quando; comprimento = duração. Pontos localizam intervalos curtos demais para uma barra legível.

Presidentes: 1930-1967

O mesmo nome pode ter fases diferentes. Vargas governou provisoriamente até 1934, sob a Constituição de 1934 até 1937 e como ditador até 1945. Voltou eleito em 1951.



Junta governativa · 24 out.-3 nov. 1930 — Acessar a fonte [6]
Transição militar · Governo coletivo. Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías de Noronha depuseram Washington e entregaram o poder a Vargas.

Getúlio Vargas · 1930-1945 — Acessar a fonte [6]
Nacionalista / autoritário · Ditadura a partir de 1937. Centralizou o poder e ampliou o papel do Estado. Em 1937, fechou o Congresso e impôs o Estado Novo.

José Linhares · 1945-1946 — Acessar a fonte [6]
Transição civil · Interino. Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), assumiu após a queda de Vargas e conduziu a passagem ao governo eleito.

Eurico Gaspar Dutra · 1946-1951 — Acessar a fonte [6]
Direita conservadora · Governo constitucional. Alinhamento aos Estados Unidos, anticomunismo e restrições ao movimento sindical.

Getúlio Vargas · 1951-1954 — Acessar a fonte [6]
Trabalhismo / centro-esquerda · Eleito pelo voto. Defendeu direitos trabalhistas, valorização salarial e nacionalismo econômico.

Café Filho · 1954-1955 — Acessar a fonte [6]
Direita / centro-direita · Sucessor de Vargas. Aproximou-se de forças conservadoras e adotou uma política econômica de contenção de gastos.

Carlos Luz · 8-11 nov. 1955 — Acessar a fonte [6]
Conservador · Interino por três dias. Foi afastado sob acusação de apoiar a tentativa de impedir a posse de Juscelino.

Nereu Ramos · 1955-1956 — Acessar a fonte [6]
Centro · Interino. Do Partido Social Democrático (PSD), assumiu para garantir a posse de Juscelino.

Juscelino Kubitschek · 1956-1961 — Acessar a fonte [6]
Centro / prioridade ao crescimento · Eleito pelo voto. Priorizou o crescimento com investimento estatal, privado e estrangeiro no Plano de Metas.

Jânio Quadros · jan.-ago. 1961 — Acessar a fonte [33]
Direita conservadora · Eleito; renunciou. Defendeu contenção de gastos e combate à corrupção, mas manteve uma política externa independente.

Ranieri Mazzilli · 25 ago.-7 set. 1961 — Acessar a fonte [6]
Centro · Interino. Presidente da Câmara pelo PSD; ocupou o cargo durante a crise da posse de Goulart.

João Goulart · 1961-1964 — Acessar a fonte [6]
Trabalhismo / esquerda · Deposto pelo golpe de 1964. Defendeu reformas de base, incluindo reforma agrária, com apoio sindical e popular.

Ranieri Mazzilli · 2-15 abr. 1964 — Acessar a fonte [6]
Alinhado à ruptura de direita · Interino após o golpe. Ocupou formalmente a Presidência enquanto os comandos militares exerciam o poder efetivo.

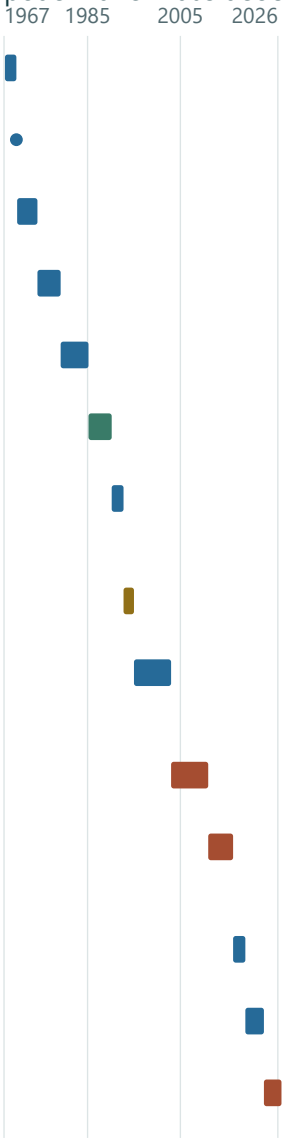
Castelo Branco · 1964-1967 — Acessar a fonte [6]
Direita anticomunista · Ditadura militar. Participou do golpe; cassou mandatos, restringiu direitos e extinguiu os partidos existentes.

Incluímos titulares, juntas e interinos de crises, não substituições breves. Goulart governou sob parlamentarismo até jan. de 1963; depois, sob presidencialismo. Verde destaca transições; o resumo da página 3 agrupa perfis diferentes. [6]

Leia de cima para baixo. Posição = quando; comprimento = duração. Pontos localizam intervalos curtos demais para uma barra legível.

Presidentes: 1967-atual

FHC: consideramos o espaço dado às empresas privadas e o apoio de partidos de direita. [45] [44] Houve programas sociais. [27] Seu partido propunha combinar empresas privadas com ações públicas para reduzir desigualdades. [39] Um estudo classifica suas propostas de campanha de 1994 na centro-direita e as de 1998 na esquerda. Propostas podem diferir das decisões no governo. [36] Azul inclui centro a centro-direita; não mede autoritarismo.



Costa e Silva · 1967-1969 — Acessar a fonte [6]
Direita anticomunista · Ditadura militar. Decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), permitindo suspender direitos e fechar o Congresso.

Junta militar · 31 ago.-30 out. 1969 — Acessar a fonte [6]
Direita anticomunista · Ditadura militar. Rademaker, Lira Tavares e Márcio de Sousa e Melo impediram a posse do vice civil, Pedro Aleixo.

Emílio Garrastazu Médici · 1969-1974 — Acessar a fonte [6]
Direita anticomunista · Ditadura militar. Combinou crescimento econômico com censura, perseguição e repressão política intensa.

Ernesto Geisel · 1974-1979 — Acessar a fonte [31]
Direita / nacionalista · Ditadura militar. Manteve a repressão, iniciou abertura controlada e ampliou investimentos estatais.

João Figueiredo · 1979-1985 — Acessar a fonte [6]
Direita / regime militar · Ditadura em abertura. Conduziu a abertura e a anistia, preservando o controle militar sobre a transição.

José Sarney · 1985-1990 — Acessar a fonte [6]
Centro / centro-direita · Redemocratização. Reuniu antigos opositores e aliados do regime militar; governou durante a Constituinte.

Fernando Collor · 1990-1992 — Acessar a fonte [6]
Direita pró-mercado · Afastado em outubro; renunciou em dezembro. Promoveu abertura comercial e privatizações. O julgamento do impeachment prosseguiu após a renúncia.

Itamar Franco · 1992-1994 — Acessar a fonte [6]
Centro / coalizão ampla · Interino desde out. de 1992. Articulou diferentes partidos; combinou o Plano Real e privatizações com perfil nacionalista.

Fernando Henrique Cardoso · 1995-2002 — Acessar a fonte [45]
Centro a centro-direita no governo · Dois mandatos eleitos. Mais espaço para empresas privadas e apoio de partidos de direita, mantendo programas sociais.

Luiz Inácio Lula da Silva · 2003-2010 — Acessar a fonte [6]
Esquerda / centro-esquerda · Dois mandatos eleitos. Ampliou políticas sociais e valorizou salários, com alianças amplas e metas para as contas públicas.

Dilma Rousseff · 2011-2016 — Acessar a fonte [34]
Esquerda / centro-esquerda · Eleita; sofreu impeachment. Manteve políticas sociais e forte ação estatal; em 2015 também cortou gastos e buscou aumentar receitas.

Michel Temer · 2016-2018 — Acessar a fonte [25]
Centro-direita no governo · Interino em maio; titular em agosto. Priorizou teto de gastos, reforma trabalhista e uma agenda econômica pró-mercado.

Jair Bolsonaro · 2019-2022 — Acessar a fonte [37]
Extrema direita · Eleito pelo voto. Combinou conservadorismo radical, defesa da ditadura e agenda econômica liberal.

Luiz Inácio Lula da Silva · 2023-atual* — Acessar a fonte [4]
Esquerda / centro-esquerda · Terceiro mandato eleito. Recriou o Bolsa Família em 2023, com adicionais para famílias com crianças e gestantes.

*Atual: 14 out. 2026; gráfico até 2025. Anos mostram o exercício do cargo, não a eleição; posse em 1º de janeiro encerra o período anterior em dezembro. Tancredo não tomou posse; Pedro Aleixo foi impedido em 1969. [6] [36]

Leia de cima para baixo. Posição = quando; comprimento = duração. Pontos localizam intervalos curtos demais para uma barra legível.

01 O Brasil é de todos

Amar o país e usar seus símbolos faz parte da liberdade de expressão. O alerta aparece quando um grupo se apresenta como o único representante da nação e trata quem discorda como inimigo do Brasil. Essa divisão pode justificar perseguições e transformar a lealdade ao país em obediência a um líder. A bandeira e as celebrações nacionais pertencem a todos.

EXTREMA DIREITA

Decisão judicial • Justiça Eleitoral

Abuso eleitoral comprovado

Em 2023, a Justiça Eleitoral reconheceu que atos e recursos do 7 de Setembro de 2022 foram usados para favorecer a campanha de reeleição do então presidente de extrema direita. O julgamento reconheceu o abuso de poder, não classificou todo o governo como autoritário.

Acessar a fonte [22]

CRITÉRIO GERAL

Sem caso específico

Não é autoritário

Usar a bandeira e celebrar o país, à direita ou à esquerda, não é autoritário. A liberdade de criticar o governo deve ser preservada. Este é um critério geral, não um caso de abuso atribuído à esquerda.

PENSE NISSO

Uma celebração oficial e seus recursos estão servindo ao público ou a uma campanha?

02 Direitos são para todos

Direitos básicos limitam o que o Estado pode fazer com qualquer pessoa, inclusive alguém acusado de crime. Quando autoridades tratam certos grupos como indignos de proteção, abrem espaço para prisões arbitrárias, tortura e desaparecimentos. O medo pode levar a população a aceitar esses abusos. Investigar e punir crimes exige provas e direito de defesa; não autoriza retirar a dignidade de ninguém.

EXTREMA DIREITA

Medida do governo

Retrocesso em direitos

Em 2022, no governo de extrema direita, foram encerradas as atividades da comissão sobre mortos e desaparecidos da ditadura. É um retrocesso no direito à verdade. A fonte não basta para classificar a decisão como ato autoritário.

Acessar a fonte [9]

ESQUERDA

Medida do governo

Proteção de direitos

Sob governo de esquerda, a comissão retomou os trabalhos em 2024 e planejou ações de busca por desaparecidos. A retomada protege o direito das famílias à verdade.

Acessar a fonte [12]

PENSE NISSO

As famílias recebem respostas sobre a violência cometida pelo Estado?

03 Discordar não é ser inimigo

Apontar erros de um adversário faz parte do debate democrático. O sinal de alerta surge quando um grupo inteiro passa a ser culpado pelos problemas do país e tratado como ameaça a eliminar. Isso desvia a atenção das responsabilidades do governo e pode tornar a perseguição aceitável. Investigar um crime exige indícios; pertencer a um grupo ou discordar não basta.

EXTREMA DIREITA

Decisão judicial • STF

Ato autoritário

Em 2020, no governo de extrema direita, o Ministério da Justiça reuniu dados sobre servidores e professores antifascistas. O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou os atos inconstitucionais em 2022. Vigiar pessoas por sua atuação política legal é autoritário.

Acessar a fonte [19]

CRITÉRIO GERAL

Sem caso específico

Sem caso nesta seleção

Vigiar pessoas apenas por discordarem do governo seria autoritário, qualquer que fosse o partido. Esta seleção não apresenta caso comparável de governo de esquerda.

PENSE NISSO

A investigação apura um crime ou tenta intimidar quem discorda?

04 Militares não estão acima do voto

Na democracia, as Forças Armadas estão sujeitas à Constituição e ao comando de autoridades civis. Isso impede que quem possui armas decida sozinho os rumos do país. O alerta aparece quando a força militar é usada para intimidar opositores ou substituir a escolha dos eleitores. Valorizar a defesa nacional não dá aos militares poder para escolher governantes ou ficar acima da fiscalização.

EXTREMA DIREITA

Condenações • STF

Ato autoritário

Em 2025, o STF condenou militares que haviam ocupado cargos de comando e no governo de extrema direita pela trama golpista. Tentar impedir a troca de governo pela força é uma ação autoritária contra a escolha dos eleitores.

Acessar a fonte [18]

ESQUERDA

Autorização de operação militar

Sem base para concluir

Em 2014, o governo de esquerda autorizou tropas na Maré, no Rio, a pedido do governo estadual. A autorização, por si só, não é prova de autoritarismo. A fonte não permite concluir se houve abusos na operação; isso exige apuração.

Acessar a fonte [13]

PENSE NISSO

Quem usa a força militar está sujeito à fiscalização e à lei?

05 Mulheres têm os mesmos direitos

Mulheres devem poder estudar, trabalhar, participar da política e decidir sobre a própria vida. O alerta aparece quando autoridades impõem obediência ou restringem essas escolhas por serem mulheres. Isso concentra decisões e reduz sua participação na sociedade. Cada pessoa pode seguir seus valores e costumes; transformá-los em obrigação para todas limita a liberdade de quem pensa diferente.

DIREITA

Proposta de lei • texto de 2024

Proposta restritiva

O projeto 1904/2024, de deputados da direita, propunha pena de homicídio para aborto após 22 semanas, mesmo em gravidez decorrente de estupro. A proposta restringe direitos, mas essa restrição não permite concluir que houve ato autoritário.

Acessar a fonte [11]

ESQUERDA

Lei sancionada

Proteção de direitos

Em 2023, o governo de esquerda sancionou uma lei para reforçar a igualdade salarial entre mulheres e homens. Seu cumprimento precisa ser fiscalizado.

Acessar a fonte [5]

PENSE NISSO

A medida amplia ou restringe a liberdade e a igualdade das mulheres?

06 Quem pode falar e criticar?

A imprensa ajuda a revelar problemas e cobrar explicações de quem governa. Quando autoridades censuram, ameaçam jornalistas ou usam recursos públicos para pressionar veículos, dificultam que a população conheça e questione seus atos. Criticar uma reportagem ou pedir a correção de um erro é legítimo. Usar o poder para silenciar críticas é autoritário. Aplicar regras mais duras a adversários do que a aliados acrescenta um problema de tratamento desigual.

EXTREMA DIREITA

Relatório de entidade profissional

Alerta de intimidação

A Federação Nacional dos Jornalistas registrou 376 ataques à imprensa em 2022, sendo 104 atribuídos ao presidente de extrema direita. O dado alerta para intimidação, inclusive verbal; não prova controle estatal da imprensa. Intimidar para calar é autoritário.

Acessar a fonte [28]

ESQUERDA

Proposta rejeitada

Risco apontado no debate

Em 2004, o governo de esquerda propôs um Conselho Federal de Jornalismo. Críticos apontaram risco de perseguir jornalistas por meio de punições. É um risco autoritário apontado no debate, não censura comprovada. A Câmara rejeitou o projeto.

Acessar a fonte [41]

PENSE NISSO

A regra protege direitos ou serve para calar críticas?

07 O medo não justifica tudo

A segurança da população exige ação, mas também limites e fiscalização. O alerta aparece quando uma ameaça é usada para pedir poderes cada vez maiores, esconder decisões ou tratar protestos como ataques ao país. Assim, o medo pode enfraquecer as garantias que protegem todos. Uma ameaça real precisa ser enfrentada com medidas justificadas e proporcionais, que possam ser questionadas e revistas.

EXTREMA DIREITA

Proposta de lei • texto de 2023

Proposta com risco autoritário

O projeto 4398/2023, de uma deputada da extrema direita, propôs incluir invasões de propriedades entre os crimes de terrorismo. Há risco de repressão desproporcional a conflitos sociais. É uma proposta com risco autoritário, não uma punição já aplicada.

Acessar a fonte [10]

ESQUERDA

Lei sancionada • ressalva

Proteção de direitos

Na Lei Antiterrorismo de 2016, sancionada pela esquerda, o artigo 2º, § 2º, exclui manifestações em defesa de direitos constitucionais da definição de terrorismo. Essa garantia protege direitos. A avaliação se refere à ressalva, não à lei inteira.

Acessar a fonte [3]

PENSE NISSO

A regra distingue uma manifestação de um ato de terrorismo?

08 Fé e política: quais são os limites?

Pessoas religiosas têm direito de participar da política. O problema aparece quando líderes políticos ou religiosos usam a fé para exigir obediência eleitoral ou tratar críticas ao governo como ataques à religião. Isso dificulta cobrar explicações e pode pressionar fiéis. Apoiar um candidato por convicção religiosa é diferente de sofrer ameaças ou punições por escolher outro.

EXTREMA DIREITA

Reportagem • conduta de pastor

Prática autoritária

Em 2022, em reportagem sobre pressão religiosa a favor da extrema direita, a emissora britânica BBC mostrou um pastor ameaçando excluir da Santa Ceia fiéis que declarassem voto na esquerda. Coagir o voto pela fé é autoritário.

Acessar a fonte [23]

ESQUERDA

Documento de campanha

Promessa de campanha

Em 2022, a candidatura de esquerda divulgou uma carta aos evangélicos em defesa da liberdade religiosa. É uma promessa de campanha, não uma demonstração de que houve proteção efetiva. O documento permite cobrar coerência entre o compromisso e as ações posteriores.

Acessar a fonte [46]

PENSE NISSO

A pessoa pode escolher seu voto sem sofrer ameaças na própria comunidade religiosa?

09 Empresas e poder político

Britt destacou a proteção de grandes empresas pelo poder político. Essa relação pode sustentar um regime quando interesses empresariais e autoridades se unem para reprimir quem os contesta. O primeiro caso mostra essa colaboração; o segundo, pressão eleitoral no ambiente de trabalho. São mecanismos diferentes de restrição da liberdade. Apoiar empresas por regras transparentes ou defender uma política econômica não é autoritário por si só.

EMPRESA / DITADURA DE DIREITA

Investigação e acordo • Ministérios Públicos

Colaboração com a repressão

Durante a ditadura de direita (1964-1985), a Volkswagen colaborou com órgãos de repressão, segundo investigação dos Ministérios Públicos. Em 2020, firmou acordo de R$ 36,3 milhões para reparação e outras medidas. A investigação documentou a colaboração; o acordo não é uma condenação judicial.

Acessar a fonte [15]

EXTREMA DIREITA

Condenação • Justiça do Trabalho

Prática autoritária

Em 2024, um tribunal confirmou a condenação de um deputado da extrema direita por pressionar o voto de trabalhadores em empresas em 2022. Coagir a escolha eleitoral é autoritário. Este caso mostra pressão política no trabalho, não prova troca de privilégios entre governo e empresas.

Acessar a fonte [14]

PENSE NISSO

Empresas e autoridades respeitam a liberdade de quem trabalha e discorda?

10 Trabalhadores precisam de voz

Organizados, trabalhadores podem negociar salários, cobrar direitos e contestar decisões que afetam sua vida. Por isso, proibir sindicatos, perseguir representantes ou impor dirigentes reduz sua capacidade de reação e concentra poder em patrões ou autoridades. Ter afinidade com um partido não elimina a liberdade sindical. O essencial é que os trabalhadores possam escolher seus representantes e criticar tanto empresas quanto governos.

DITADURA DE DIREITA

Fundação Getulio Vargas (FGV)

Repressão à organização sindical

Após o golpe de 1964, a repressão da ditadura de direita desarticulou o Comando Geral dos Trabalhadores, que reunia organizações sindicais. Seus líderes foram presos e entidades filiadas sofreram intervenção. A repressão retirou dos trabalhadores a liberdade de organização e de representação.

Acessar a fonte [30]

ESQUERDA

Lei sancionada • 2008

Ampliação da representação

Em 2008, o governo de esquerda sancionou a Lei 11.648, que reconheceu formalmente as centrais sindicais e sua participação em espaços de negociação. Isso ampliou a representação dos trabalhadores. A medida não garante, sozinha, independência diante de partidos e governos; essa autonomia precisa ser preservada na prática.

Acessar a fonte [2]

PENSE NISSO

O sindicato responde aos trabalhadores ou a quem está no poder?

11 Pensar e criar com liberdade

Pesquisa, ensino e arte permitem questionar ideias e revelar problemas que o poder prefere esconder. Quando um governo exige que professores, pesquisadores ou artistas sigam sua orientação política, limita o debate e o acesso a outras formas de pensar. Discordar de uma obra ou pesquisa faz parte dessa liberdade. Perseguir seus autores ou impedir sua circulação por discordância política é uma forma autoritária de silenciamento.

EXTREMA DIREITA

Discurso público • repercussão

Discurso de teor autoritário

Em 2020, Roberto Alvim, secretário da Cultura do governo de extrema direita, reproduziu trechos de um discurso de Joseph Goebbels ao apresentar um ideal artístico para o país. É um sinal de orientação autoritária, não prova de censura executada. Ele foi demitido após a repercussão.

Acessar a fonte [8]

CRITÉRIO GERAL

Sem caso específico

Sem caso nesta seleção

Não há caso comparável de governo de esquerda nesta seleção. Censurar artistas ou pesquisadores por discordarem do governo seria autoritário em qualquer campo político.

PENSE NISSO

Uma obra pode criticar o governo sem ser censurada ou perseguida?

12 Segurança sem abuso

Segurança pública deve proteger a população, inclusive contra abusos de quem usa a força em nome do Estado. O alerta aparece quando o combate ao crime serve de justificativa para punir sem provas ou dispensar a apuração da violência policial. Isso deixa pessoas sem proteção e autoridades sem controle. Investigar abusos não impede o trabalho da polícia: permite distinguir uma ação legítima de uma violação.

EXTREMA DIREITA

Proposta retirada do texto aprovado

Proposta com risco autoritário

Em 2019, a extrema direita propôs reduzir ou dispensar penas por ultrapassar limites legais em situações de medo desculpável, surpresa ou violenta emoção. Há risco autoritário de favorecer abusos de força. A Câmara retirou a mudança; ela não integrou o pacote aprovado.

Acessar a fonte: proposta [7] · Acessar a fonte: votação [26]

ESQUERDA / GOVERNO ESTADUAL

Dados de mortes em ações policiais

Alerta que exige apuração

Na Bahia, governada pela esquerda, a taxa de mortes em intervenções das polícias Civil e Militar foi de 10,5 por 100 mil habitantes em 2024 (Anuário 2025, tabela 9, p. 60). É um alerta grave; o número sozinho não prova atos autoritários. É preciso apurar cada ação e a responsabilidade do governo.

Acessar a fonte [29]

PENSE NISSO

Há investigação independente quando a polícia é acusada de abuso?

13 Instituições devem servir à sociedade

Instituições devem fiscalizar o poder e aplicar regras também a quem governa. Quando cargos, contratos ou decisões viram favores a aliados, o interesse público perde espaço. O risco autoritário aumenta se essa proteção também impede investigações e pune quem denuncia. Corrupção comprovada exige responsabilização, mas não classifica sozinha todo um governo. É preciso verificar se os órgãos de controle conseguem agir com independência.

EXTREMA DIREITA

Decisão judicial • STF

Abuso de poder comprovado

Em 2022, o presidente de extrema direita perdoou um deputado aliado. O Supremo anulou o ato em 2023 por favorecimento político. Livrar um aliado de punição compromete a igualdade perante a lei. O julgamento reconheceu o abuso; avaliar o governo inteiro exige análise mais ampla.

Acessar a fonte [17]

ESQUERDA

Condenações • STF

Corrupção comprovada

O mensalão comprava apoio parlamentar e envolveu integrantes da base do governo de esquerda, com condenações no Supremo em 2012. É corrupção que prejudica a representação política. As condenações comprovam corrupção, não uma forma autoritária de governo.

Acessar a fonte [16]

PENSE NISSO

A instituição fiscaliza o poder ou protege quem o exerce?

14 Quem perde precisa aceitar

Uma eleição democrática exige mais que contar votos: a oposição precisa poder disputar, os eleitores devem escolher livremente e a apuração precisa ser confiável. Intimidar eleitores, impedir adversários de participar sem fundamento ou manipular o resultado esvazia essa escolha. Contestar irregularidades com provas faz parte das regras. Usar ameaças ou força para impedir a posse do vencedor destrói a possibilidade de trocar o governo.

EXTREMA DIREITA

Condenações • STF

Tentativa autoritária

Em 2025, o STF informou 29 condenações e duas absolvições pela trama para impedir a posse do vencedor de 2022 e manter o presidente de extrema direita. É uma tentativa autoritária de anular a escolha eleitoral. No tema 4, o foco é a participação militar; aqui, impedir a troca de governo.

Acessar a fonte [18]

CRITÉRIO GERAL

Sem caso nesta seleção

Sem caso específico

Impedir a posse do vencedor pela força seria autoritário em qualquer campo político. Esta seleção não apresenta tentativa equivalente de governo federal de esquerda.

PENSE NISSO

O grupo aceita sair do poder quando perde a eleição?

Quem fiscaliza o poder?

Cobrar transparência do Congresso e questionar decisões judiciais faz parte da democracia. O cargo não dá direito a privilégios.

Câmara
Representa a população

Senado
Representa estados e o Distrito Federal

Judiciário
Julga e protege direitos

2022 Dinheiro público sem transparência

Em 19 de dezembro, o STF julgou inconstitucional o "orçamento secreto": emendas de relator distribuídas sem transparência adequada. Exigiu a divulgação de dados. Acessar a fonte [20]

Avaliação: falha grave de transparência. Não prova, por si só, autoritarismo ou enriquecimento pessoal de cada parlamentar.

2026 Restrição à comunicação política

O que aconteceu

Em 11 de outubro, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) suspendeu um canal de WhatsApp de apoio à esquerda, a pedido da candidatura de direita. Em 13 de outubro, condicionou a retomada ao registro eleitoral e à espera de 48 horas. A campanha registrou o canal naquele dia. Acessar a fonte [42]

O que a documentação permite afirmar

A equipe técnica não encontrou as mensagens investigadas no material analisado, mas não examinou todos os vídeos e áudios na íntegra; havia mensagens apagadas. A decisão apontou a falta de registro e riscos ligados à mobilização do canal; determinou fiscalização equivalente da campanha adversária. Acessar a fonte [21]

Segundo a Folha, o ministro interrompeu julgamentos virtuais com maioria favorável a pedidos da esquerda, para análise presencial. Ele negou favorecer candidaturas e alegou defesa dos precedentes do tribunal. Acessar a fonte [38]

Em outro caso, em 31 de agosto, mandou retirar publicações de um político de direita com desinformação sobre urnas, a pedido de uma federação de esquerda. Acessar a fonte [43]

O que permanece sem comprovação

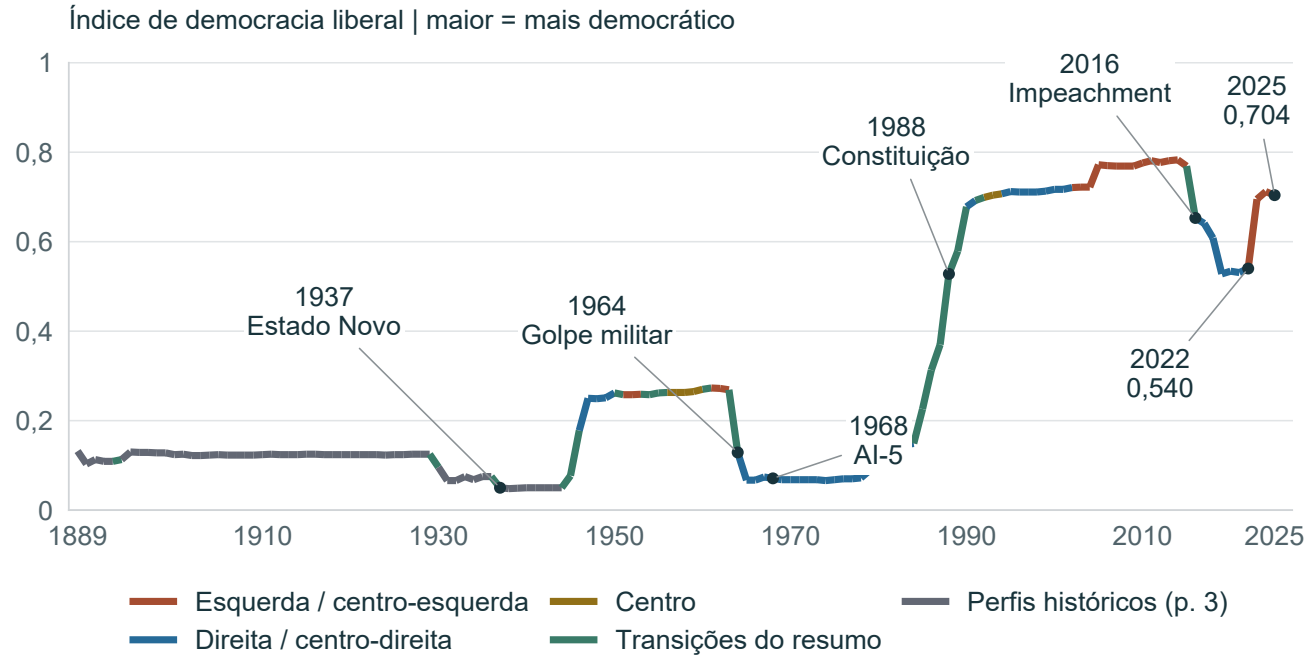
Avaliação da cartilha: o bloqueio amplo e os diferentes prazos merecem exame, mas esses casos não comprovam censura seletiva.

O que comparar?

Decisões contra os dois lados não garantem tratamento igual. Compare conteúdo, provas, regras, prazos e recursos em casos semelhantes. Situação em 13 out. 2026.

Democracia: avanços e recuos

Brasil, 1889-2025. Quanto mais alta a linha, maiores as garantias democráticas: voto livre, direitos e fiscalização do poder. A escala não mede “fascismo”.



Fonte: Variedades da Democracia (V-Dem), versão 16 (2026), via Our World in Data. Escala de 0 a 1. Os valores são estimativas; suas margens de incerteza não aparecem. [55]

As cores seguem o resumo da página 3, não são do V-Dem. Verde marca transições e anos que abrangem dois períodos; não toda troca de presidente. Posse em 1º de janeiro usa a nova cor. Azul reúne perfis distintos, de FHC à extrema direita. Cinza não significa centro.

O que a trajetória permite dizer

A série registra quedas nos períodos do Estado Novo e do golpe de 1964, seguidas de recuperação na redemocratização. Na série atual, passou de 0,783 em 2014 a 0,540 em 2022 e 0,704 em 2025. O recuo recente atravessou governos de diferentes campos; não cabe atribuí-lo inteiro a um só.

Como os sinais podem se reforçar

O medo pode tornar a perseguição aceitável. Silenciar críticas dificulta revelar abusos; enfraquecer a fiscalização facilita sua repetição. Esses mecanismos podem se combinar, mas não seguem uma sequência inevitável. Observe a continuidade, a gravidade e a reação das instituições.

A mesma regra vale para qualquer governo: preservar o direito de discordar, permitir fiscalização e respeitar o resultado das eleições.

Série até 2025; não há valor anual de 2026. Consulte os dados pelo link da fonte do gráfico.

Referências bibliográficas

Fontes em ordem alfabética. Os números identificam os links usados no texto. Os títulos originais e as datas de consulta constam de cada referência.

[1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Arts. 1º, 5º, 8º, 37, 44–46 e 142. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

[2] BRASIL. **Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008**. Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais e altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11648.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

[3] BRASIL. **Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016**. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

[4] BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

[5] BRASIL. **Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

[6] BRASIL. Arquivo Nacional. **Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/OspresidenteseaRepblica_DeodoroDilma.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

[7] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Entenda o conceito de excludente de ilicitude**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 23 set. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/589060-ENTENDA-O-CONCEITO-DE-EXCLUDENTE-DE-ILICITUDE. Acesso em: 18 out. 2026.

[8] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Maia diz que é inaceitável o discurso nazista de secretário da Cultura**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 17 jan. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/631250-maia-diz-que-e-inaceitavel-o-discurso-nazista-de-secretario-da-cultura. Acesso em: 18 out. 2026.

[9] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Participantes de debate cobram recriação de comissão sobre mortos e desaparecidos políticos**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 11 abr. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1051490-participantes-de-debate-cobram-recriacao-de-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos/. Acesso em: 18 out. 2026.

[10] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 4.398, de 2023**. Autoria: deputada Caroline de Toni. Inclui o esbulho possessório entre os atos de terrorismo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 12 set. 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2326222&filename=PL+4398%2F2023. Acesso em: 18 out. 2026.

[11] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei prevê pena de homicídio simples para aborto após 22 semanas de gestação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 11 jun. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-pena-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao. Acesso em: 18 out. 2026.

[12] BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Plano de atividades**. Brasília, DF: CEMDP, 2024. p. 3. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/61309. Acesso em: 18 out. 2026.

[13] BRASIL. Exército Brasileiro. **Nota EB – Força de Pacificação (F Pac) – Operação São Francisco**. DefesaNet, [S.l.], 4 abr. 2015. Disponível em: https://www.defesanet.com.br/sof/nota-eb-forca-de-pacificacao-f-pac-%C2%96-operacao-sao-francisco/. Acesso em: 18 out. 2026.

[14] BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região. **Decisão aumenta valor que deputado federal Gustavo Gayer deve pagar por ter cometido assédio eleitoral**. Goiânia: MPT-GO, 10 jul. 2024. Disponível em: https://www.prt18.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-go/1027-decisao-aumenta-valor-que-deputado-federal-gustavo-gayer-deve-pagar-por-ter-cometido-assedio-eleitoral. Acesso em: 18 out. 2026.

[15] BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. **Ministérios Públicos assinam acordo com Volkswagen sobre repressão na ditadura**. São Paulo: MPT-SP, 23 set. 2020. Disponível em: https://prt2.mpt.mp.br/822-ministerios-publicos-assinam-acordo-com-volkswagen-sobre-repressao-na-ditadura. Acesso em: 18 out. 2026.

[16] BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação Penal nº 470 – Mensalão**. In: Linha do Tempo MPF. Brasília, DF: MPF, [s.d.]. Disponível em: https://linhadotempo.mpf.mp.br/www/linha-do-tempo/2006. Acesso em: 18 out. 2026.

[17] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF anula indulto de Bolsonaro que extinguiu pena imposta ao ex-deputado Daniel Silveira**. Brasília, DF: STF, 10 maio 2023. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-anula-indulto-de-bolsonaro-que-extinguiu-pena-imposta-ao-ex-deputado-daniel-silveira/. Acesso em: 18 out. 2026.

[18] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF concluiu julgamento de ações contra réus que planejaram golpe de Estado**. Brasília, DF: STF, 17 dez. 2025. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-concluiu-julgamento-de-acoes-contra-reus-que-planejaram-golpe-de-estado/. Acesso em: 18 out. 2026.

[19] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF julga inconstitucionais atos do Ministério da Justiça sobre dossiês contra antifascistas**. Brasília, DF: STF, 16 maio 2022. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-julga-inconstitucionais-atos-do-ministerio-da-justica-sobre-dossies-contra-antifascistas/. Acesso em: 18 out. 2026.

[20] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF julga orçamento secreto inconstitucional**. Brasília, DF: STF, 19 dez. 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=499330. Acesso em: 18 out. 2026.

[21] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Decisão na Petição Cível n. 0602791-73.2026.6.00.0000**. Relator: ministro Nunes Marques. Brasília, DF: TSE, 13 out. 2026. Reprodução disponibilizada pelo Poder360. Disponível em: https://static.poder360.com.br/uploads/2026/10/Decisao-Nunes-Marques-canal-Exercito-Lula-13out2026.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

[22] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **TSE declara inelegíveis Bolsonaro e Braga Netto por abuso de poder no Bicentenário da Independência**. Brasília, DF: TSE, 31 out. 2023. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/tse-declara-inelegiveis-bolsonaro-e-braga-netto-por-abuso-de-poder-no-bicentenario-da-independencia. Acesso em: 18 out. 2026.

[23] BRAUN, Julia. **Eleições 2022: pastores fazem pressão por voto e ameaçam fiéis com punição divina e medidas disciplinares**. BBC News Brasil, São Paulo, 19 out. 2022. Publicado por UOL. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/10/19/eleicoes-2022-pastores-fazem-pressao-por-voto-e-ameacam-fieis-com-punicao-divina-e-medidas-disciplinares.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

[24] BRITT, Laurence W. **Fascism Anyone?** Free Inquiry, v. 23, n. 2, 2003. Disponível em: https://secularhumanism.org/2003/03/fascism-anyone/. Acesso em: 18 out. 2026.

[25] CHAIA, Vera Lucia Michalany; GUERRA, Carolina Maria Fernandes. **Governo Temer: a ponte entre os governos petistas e a ascensão de Bolsonaro**. E-legis, Brasília, v. 14, n. 36, p. 298-314, set./dez. 2021. DOI: 10.51206/elegis.v14i36.698. Disponível em: https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/download/698/976/3780. Acesso em: 18 out. 2026.

[26] DELLAPE, Santiago. **Plenário aprova Pacote Anticrime; texto vai ao Senado**. Radioagência Câmara, Brasília, DF, 4 dez. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/622321-plenario-aprova-pacote-anticrime-texto-vai-ao-senado/. Acesso em: 18 out. 2026.

[27] DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003. DOI: 10.1590/S0103-20702003000200004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/?lang=pt. Acesso em: 18 out. 2026.

[28] FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Ataques diretos a jornalistas aumentaram em 2022, aponta Relatório da FENAJ**. Brasília, DF: FENAJ, 30 jan. 2023. Disponível em: https://fenaj.org.br/ataques-diretos-a-jornalistas-aumentaram-em-2022-aponta-relatorio-da-fenaj/. Acesso em: 18 out. 2026.

[29] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, ano 19, 2025. Tabela 9, p. 60; gráfico 20, p. 67. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/582289d4-83e9-4594-a740-8c8be7dba537/content. Acesso em: 18 out. 2026.

[30] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)**. In: Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/8751. Acesso em: 18 out. 2026.

[31] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Geisel, Ernesto**. In: Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Seção: O II Plano Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/2304. Acesso em: 18 out. 2026.

[32] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Lula**. In: Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Seção sobre o primeiro mandato presidencial. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/3036. Acesso em: 18 out. 2026.

[33] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Quadros, Jânio**. In: Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Seção sobre a política externa independente. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/4387. Acesso em: 18 out. 2026.

[34] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Rousseff, Dilma**. In: Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/11455. Acesso em: 18 out. 2026.

[35] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Vargas, Getúlio**. In: Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/5458. Acesso em: 18 out. 2026.

[36] JORGE, Vladimyr Lombardo; FARIA, Alessandra Maia Terra de; SILVA, Mayra Goulart da. **Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 33, 2020. DOI: 10.1590/0103-3352.2020.33.227686. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.227686. Acesso em: 18 out. 2026.

[37] KAYSEL, André; BIANCHI, Alvaro. **Bolsonarismo como coalizão discursiva de extrema-direita**. Caderno CRH, v. 38, 2025. DOI: 10.9771/ccrh.v38i0.66145. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/FRDxFQNR87WCSnkpw4gxp3M/?lang=pt. Acesso em: 18 out. 2026.

[38] MARTINS, Luísa; SPECHOTO, Caio. **Decisões de Kassio contra Lula e a favor de Flávio incomodam ala do TSE e geram críticas**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 11 out. 2026. Atualizado em: 12 out. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/decisoes-de-kassio-contra-lula-e-a-favor-de-flavio-incomodam-ala-do-tse-e-geram-criticas.shtml. Acesso em: 18 out. 2026.

[39] MIRANDA, Jeferson Alexandre. **PSDB, uma social-democracia na periferia: a recepção das ideias da Terceira Via no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n. 126, 2025. DOI: 10.1590/0102-001039jm/126. Publicação online: 9 mar. 2026; ano do fascículo: 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/xg9xMYLH65PdNJdVFXn9vHK/?lang=pt. Acesso em: 18 out. 2026.

[40] PENNA, Lincoln de Abreu. **Florianismo**. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/florianismo. Acesso em: 18 out. 2026.

[41] PIOVESAN, Eduardo. **Plenário rejeita Conselho Federal de Jornalismo**. Agência Câmara Notícias, Brasília, DF, 15 dez. 2004. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/58053-plenario-rejeita-conselho-federal-de-jornalismo/. Acesso em: 18 out. 2026.

[42] POMPEU, Ana; ALBERNAZ, Isadora. **Canal 'Exército do Lula' sai do ar; Kassio libera grupo, mas só 48 h após registro por campanha**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 13 out. 2026. Atualizado às 23h48. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/campanha-do-pt-registra-exercito-do-lula-no-tse-e-kassio-libera-canal.shtml. Acesso em: 18 out. 2026.

[43] RICHTER, André. **TSE manda Eduardo Bolsonaro retirar posts de desinformação sobre urnas**. Brasília, DF: Agência Brasil, 2 set. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-09/tse-manda-eduardo-bolsonaro-retirar-posts-de-desinformacao-sobre-urnas. Acesso em: 18 out. 2026.

[44] ROMA, Celso. **A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, 2002. DOI: 10.1590/S0102-69092002000200006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DBMr6vWB7RckDb74YrPVmJh/?lang=pt. Acesso em: 18 out. 2026.

[45] SALLUM JR., Brasilio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000200003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/dMdMbTk3MtbcJBkNqZWh48p/?lang=pt. Acesso em: 18 out. 2026.

[46] SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo evangélico**. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/10/Carta-ao-Povo-Evange%CC%81lico-Luiz-Ina%CC%81cio-Lula-da-Silva.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

[47] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/5925. Acesso em: 18 out. 2026.

[48] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Fascism**. In: Holocaust Encyclopedia. Washington, DC: USHMM, [s.d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/fascism-1. Acesso em: 18 out. 2026.

[49] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Foundations of the Nazi State**. In: Holocaust Encyclopedia. Washington, DC: USHMM, [s.d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/foundations-of-the-nazi-state. Acesso em: 18 out. 2026.

[50] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Introduction to the Holocaust**. In: Holocaust Encyclopedia. Washington, DC: USHMM, [s.d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust. Acesso em: 18 out. 2026.

[51] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Italy**. In: Holocaust Encyclopedia. Washington, DC: USHMM, [s.d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/italy. Acesso em: 18 out. 2026.

[52] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **The Holocaust and World War II: Key Dates**. In: Holocaust Encyclopedia. Washington, DC: USHMM, [s.d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-holocaust-and-world-war-ii-key-dates. Acesso em: 18 out. 2026.

[53] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **The Nuremberg Race Laws**. In: Holocaust Encyclopedia. Washington, DC: USHMM, [s.d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-nuremberg-race-laws. Acesso em: 18 out. 2026.

[54] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **World War II in Europe**. In: Holocaust Encyclopedia. Washington, DC: USHMM, [s.d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/world-war-ii-in-europe. Acesso em: 18 out. 2026.

[55] V-DEM INSTITUTE; OUR WORLD IN DATA. **Liberal democracy index**. V-Dem v16, 2026. Série anual; indicador v2x_libdem. Dados processados por Our World in Data. Disponível em: https://ourworldindata.org/grapher/liberal-democracy-index. Acesso em: 18 out. 2026.

Sobre esta cartilha

Para conferir antes de compartilhar

1

QUEM ESTÁ ENVOLVIDO

O campo político identifica o contexto do exemplo. Não atribui a todos os eleitores ou integrantes de um grupo a mesma conduta. “Critério geral” indica uma regra de avaliação, sem caso específico.

2

QUE TIPO DE REGISTRO É ESSE?

Uma proposta pode ser rejeitada. Uma lei pode entrar em vigor. Uma reportagem relata fatos; uma decisão judicial registra o julgamento de um caso. Essas situações não têm o mesmo significado.

3

QUAL É A AVALIAÇÃO?

“Ato autoritário”, “risco” e “proteção de direitos” são avaliações desta cartilha. A fonte sustenta o fato descrito, mas pode não usar o mesmo rótulo. Leia o documento antes de tirar conclusões.

Sobre a pesquisa e as interpretações

Esta cartilha é um material educativo baseado em pesquisa histórica e documental. As classificações políticas seguem os critérios apresentados e podem ser debatidas à luz de outras pesquisas. O objetivo é informar e ajudar o leitor a analisar práticas de poder, usando os mesmos critérios para qualquer governo ou grupo político.

O que esta seleção permite concluir

Os exemplos não formam um levantamento de todos os governos. A ausência de um caso não prova ausência de abusos. Compare atos, gravidade e consequências; não conte exemplos para decidir qual campo é “mais autoritário”.

Os temas combinam casos da ditadura com exemplos de 2004 a outubro de 2026. Os julgamentos são registros das datas indicadas, sem afirmar trânsito em julgado ou situação processual atual. O gráfico vai até 2025.

Organização: Régys Borges da Silveira

1ª edição • Revisão editorial: 18 de outubro de 2026.

Produção com apoio de inteligência artificial (IA). Ilustrações geradas por IA, sem valor documental. Edição distribuída em formato digital; consulte as fontes pelos links do texto e das referências.

CONTINUE A EXPLORAR

A leitura continua

Conheça os livros de Régys Borges da Silveira e encontre sua próxima leitura.

Explore os livros →

livros.regys.com.br

Lendo no papel?

Aponte a câmera do celular para o QR code. No PDF, toque no botão ou no endereço acima.

Este convite registra apenas a cartilha de origem e uma contagem agregada de acessos, sem identificar você.